

Capítulo I  
Os Modelos Explicativos da Economia Colonial

## 1. O «sentido» da historiografia

De todos os modelos explicativos do funcionamento da economia colonial brasileira, o de Caio Prado Júnior é, sem dúvida, o que fincou raízes mais profundas. Buscando romper com a «teoria dos ciclos», para a qual cada época ou sistema econômico da Colônia corresponderia a um produto de exportação, Caio Prado tentava resgatar os fundamentos estruturais da história brasileira. Estes, segundo ele, necessariamente ultrapassariam as meras conjunturas de sucessivas hegemonias de produtos tropicais na pauta de exportações. Daí que em *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), numa parte, hoje clássica, não gratuitamente intitulada o «sentido da colonização», ele explicava:

«Todo povo tem na sua evolução, vista a distância, um certo sentido (...) uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa e dirigida sempre numa determinada orientação.»<sup>(1)</sup>

Desse pressuposto, bastante teleológico em si mesmo, o autor nos remete à Expansão Marítima e Comercial européia, iniciada no século XV. De fato, para ele, compreender tal «sentido» implicaria tomar o descobrimento e posterior estruturação da sociedade e economia coloniais como capítulos da história comercial européia:

«Se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros (...) e em seguida café, para o comércio europeu (...) E com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem de interesse daquele comércio, que se organizaram a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país.»<sup>(2)</sup>

Tal situação, verdadeiro corolário da colonização, determinaria a emergência de um certo tipo de estrutura, assentada na contínua transferência de excedentes para a metrópole de além-mar. Isto, naturalmente, só poderia se traduzir numa economia colonial exportadora. A *estrutura exportadora* resul-

quelas poucas exceções acima lembradas, de grandes propriedades, fazendas, ocupadas unicamente com a produção de gêneros de consumo interno.»<sup>(7)</sup>

De resto, a produção para o abastecimento interno colonial se resumia praticamente numa agricultura de subsistência

«(...) de baixo nível econômico, quase sempre vegetativo e de existência precária. De produtividade escassa e sem vitalidade apreciável.»<sup>(8)</sup>

Do ponto de vista social e político, esta sociedade se veria bipolarizada entre os agentes que dão vida à própria *plantation*, ou seja, os senhores e seus escravos. Seriam figuras secundárias e reunidas ao redor dessa mesma *plantation* os numerosos homens livres pobres, forros, agregados e outros. Não é de se estranhar que, ainda de acordo com este modelo, as elites agrárias reinassem sozinhas no topo da hierarquia econômico-social vigente, submetidas apenas aos desígnios do Pacto Colonial.<sup>(9)</sup>

«Abre-se assim um vácuo imenso entre os extremos da escala social: os senhores e os escravos; a pequena minoria dos primeiros e a multidão dos últimos. Aqueles dois grupos são os dos bem classificados da hierarquia e na estrutura social da Colônia: os primeiros serão os dirigentes da colonização nos seus vários setores; os outros, a massa trabalhadora. Entre estas duas categorias nitidamente definidas e entrosadas na obra da colonização comprime-se o número, que vai avultando com o tempo, dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados.»<sup>(10)</sup>

É claro, por fim, que a combinação de todos estes elementos converge para a afirmação da incapacidade estrutural da Colônia em gerar circuitos internos de acumulação: eis aqui o resultado previsível de sua situação de dependência. Esta conclusão marcará, implícita e/ou explicitamente, as interpretações ulteriores a Caio Prado, de tal modo que este autor dará o «sentido», a linha mestra analítica, a alguns dos mais importantes trabalhos posteriormente surgidos.

É o caso de Celso Furtado, para quem, em linhas gerais, o comércio exterior conformava o eixo de compreensão do funcionamento da economia colonial:

«(...) sendo uma grande plantação de produtos tropicais, a Colônia estava integrada nas economias européias, das quais dependia. Não constituía, portanto, um sistema autônomo, sendo simples prolongamento de outros maiores».<sup>(11)</sup>

Entenda-se aqui que os «outros sistemas maiores» referem-se, no século XVIII, à economia inglesa, que, por sua vitalidade, havia reduzido Portugal ao papel de mero entreposto.<sup>(12)</sup> De fato, desde a segunda metade do século XVII Portugal haveria compreendido que a única via para a manutenção de sua so-

tante combinaria, no caso brasileiro, três elementos que marcariam todo o período colonial: grande propriedade, monocultivo e trabalho escravo.

Que conseqüências derivam desse modelo?

De início, temos a preponderância do capital mercantil metropolitano sobre toda a estrutura da produção colonial, pois seria através dele que esta última se realizaria. Na verdade, residiria nessa subordinação a própria razão de ser da economia colonial, já que era aquele capital mercantil metropolitano que se apropriava e transferia o excedente da Colônia.

Em segundo lugar, quase como uma conseqüência da verdadeira maldição agroexportadora, temos as limitações estruturais que impediriam a constituição de um mercado interno de peso no interior da formação colonial: a *plantation* se auto-abastecia e a produção mercantil de alimentos se limitaria aos incipientes centros urbanos.<sup>(3)</sup> O próprio Caio Prado esclarece:

«Assim, de um modo geral e em princípio, pode-se dizer que a população rural da Colônia ocupada nas grandes lavouras e nas fazendas de gado, e que constitui a maior parte do total dela, provê suficientemente à sua subsistência com culturas alimentares a que se dedica sem necessidade de recorrer para fora.»<sup>(4)</sup>

Três anos depois, Caio Prado Júnior precisava mais as suas idéias:

«Passemos ao comércio interior (...) Não temos muitos dados; o interesse que despertava, subsidiário como era, foi pequeno e os contemporâneos nos deixaram poucas informações. Podemos, contudo, notar com absoluta segurança que o seu movimento principal é constituído ou por mercadorias que se destinam em última instância à exportação, ou aquelas que provêm da importação (...) o mais resume-se quase unicamente no comércio de abastecimento dos grandes centros urbanos, pois, quanto às populações e estabelecimentos rurais, elas são em regra, a este respeito, autônomas.»<sup>(5)</sup>

Neste contexto, as únicas concessões aqui feitas para as produções voltadas ao mercado interno são dadas às fazendas de pecuária —

«a única, afora as destinadas aos produtores de exportação, que tem alguma importância»<sup>(6)</sup>

— e ao complexo agropecuário (formado de início em torno da mineração e depois voltado para o Rio de Janeiro) no sul de Minas Gerais. Referindo-se a este complexo, o autor sublinha:

«A proximidade de um importante núcleo de povoamento do litoral, como o Rio de Janeiro, veio reforçar aquela situação. E, graças a estas perspectivas excepcionais, a agricultura mineira, embora quase exclusivamente de subsistência — as únicas exceções são os casos já assinalados do algodão em Minas Novas e do tabaco no sul —, adquire um nível bem mais elevado que o das demais regiões similares da Colônia. E é aí que encontramos as principais da-

berania no continente europeu e, portanto, da sua própria posição de metrópole colonial, era o estabelecimento de uma aliança «subordinada» com a Inglaterra. A contrapartida dessa situação foi a semidependência de Lisboa para com Londres, além da abertura do seu comércio colonial ao capital inglês.<sup>(13)</sup>

Ressalta-se que esta interpretação já aparecia em Caio Prado Júnior, para quem a ascensão inglesa no cenário europeu e a conseqüente preponderância sobre os interesses lusitanos, desde o século XVII, conformariam já então os primeiros indícios da superação do «capitalismo comercial» pelo «capitalismo industrial». Como conseqüência, veríamos a perda de posição das burguesias mercantis ibéricas e, posteriormente, na virada do século XVIII para o seguinte, a implosão do Antigo Sistema Colonial.<sup>(14)</sup>

Partindo de tais lineamentos, era inevitável que também Furtado insistisse na transferência de sobretrabalho da Colônia para a Metrópole como o fundamento da própria estrutura colonial. A tal conclusão se chegou, por exemplo, por meio da análise de dados acerca da empresa açucareira. Furtado estimava que esta empresa era suficientemente rentável para autofinanciar a duplicação de sua capacidade produtiva a cada dois anos e, contudo, observava o autor, tal capacidade só excepcionalmente fora utilizada.<sup>(15)</sup> Daí a indagação:

«Mas se a plena capacidade de autofinanciamento da indústria não era utilizada, que destino tomavam os recursos financeiros sobran-tes?»<sup>(16)</sup>

Considerando que os recursos sobran-tes não eram aplicados no açúcar nem em outras regiões, Furtado afirmava que a explicação mais plausível

«talvez seja que parte substancial dos capitais aplicados na produção açucareira pertencesse aos comerciantes».<sup>(17)</sup>

Está clara a subordinação da produção ao capital mercantil, que, ao se apropriar da maior parte do sobretrabalho, determinaria o próprio ritmo da acumulação. Cabe interrogar que capital mercantil é este, já que o próprio autor afirma não existir na Colônia uma classe de comerciantes de importância, sendo os grandes senhores agrícolas o único grupo de expressão.

«Não existindo na Colônia sequer uma classe comerciante de importância — o grande comércio era monopólio da Metrópole — resultava que a única classe com expressão era a dos senhores.»<sup>(18)</sup>

Sua resposta é clara:

«(...) uma parte da renda, que antes atribuíamos à classe de proprietários de engenhos e de canaviais, seria o que modernamente se chama renda de não-residentes e permanecia fora da Colônia. Explicar-se-ia assim a íntima coordenação existente entre as etapas de produção e comercialização.»<sup>(19)</sup>

Mas Furtado não se limita a, em termos gerais, apenas seguir Caio Prado. Daí elaborar uma das melhores passagens de seu trabalho, na busca de apreender as flutuações da economia colonial, dando conta do comportamento dos

diferentes segmentos que a constituiriam. De início, sendo um apêndice de sistemas maiores, a economia colonial estaria desprovida de ritmos próprios, sendo das flutuações determinadas pelas do mercado internacional, mais precisamente pelas economias aí dominantes. Isto significa dizer que sua expansão seria dada pela alta dos preços externos. Pelo contrário, a queda destes últimos causaria a retração da produção de exportação. Ressalte-se, contudo, que a falta B colonial não levaria a uma mudança de estrutura, visto que nesses momentos os engenhos seriam deslocados para atividades de subsistência não diretamente ligadas à exportação.<sup>(20)</sup>

Complementando o raciocínio, o autor afirma que as atividades de exportação, altamente especializadas, seriam marcadas por um grande coeficiente de importação. Eis, então, a brecha através da qual, em tese, se poderia desenvolver um mercado interno colonial, ou seja, produções mercantis para o abastecimento. Já que a instalação da agroexportação implicaria necessariamente a implementação de setores mercantis de produção que viessem lhe fornecer bens de consumo e de produção. Em outras palavras, devido às suas próprias características, ao redor da empresa exportadora poderia se desenvolver uma divisão social do trabalho e um mercado interno ligados a seu abastecimento. Entretanto, sublinha Celso Furtado:

«Um conjunto de circunstâncias tenderam, sem embargo, a desviar para o exterior em sua quase totalidade esse impulso dinâmico. Em primeiro lugar, havia os interesses criados dos exportadores (...), os quais gozavam dos fretes excepcionalmente baixos que podiam propiciar os barcos que seguiam para recolher açúcar. Em segundo lugar, estava a preocupação política de evitar o surgimento na Colônia de qualquer atividade que concorresse com a economia metropolitana.»<sup>(21)</sup>

Este conjunto de circunstâncias faria com que fosse

«relativamente pequena a posição do mercado da economia açucareira a que podiam ter acesso outros produtores coloniais.»<sup>(22)</sup>

Deste modo, apesar de ser uma empresa especializada, a agroexportação não teria gerado um mercado interno significativo e nem, portanto, setores produtivos coloniais ligados a seu abastecimento. A exemplo de Caio Prado Júnior, Celso Furtado afirma que a grande exceção seria dada à pecuária (abastecimento de carne e de animais de tiro). Atividade que, voltada para o mercado interno, teria um grande desenvolvimento no interior da economia colonial.<sup>(23)</sup>

Por sua vez, os setores ligados ao abastecimento interno teriam alguns traços peculiares. De início, eles não se assentavam majoritariamente na escavidão e grande parte de sua produção se destinava à auto-subsistência. E isto tinha dois resultados:

1º) A natureza não-escravista e não-mercantil destes setores os permitia resistir a fases negativas do mercado (queda de preços). Já que a sua reprodução não dependia inteiramente da mercantilização de sua produção.

2º) Por outro lado, esta mesma natureza não-mercantil dos setores ligados a atividades não-exportadoras os impedia, por si próprios, de criar uma circulação de mercadorias e de moedas.

Em realidade, estes setores estariam intrinsecamente ligados à agroexportação. O índice de mercantilização da produção de tais setores dependia da dinâmica da *plantation*. Somente o crescimento desta última permitia o aumento daquele índice de mercantilização da produção para o mercado interno.<sup>(24)</sup> Dito isto, podemos retornar à questão das flutuações econômicas da economia colonial, apreendendo agora o comportamento dos segmentos voltados para o abastecimento interno.

Em períodos de expansão da agroexportação, a atividade pecuária podia ver a sua renda monetária ampliada, o mesmo ocorrendo com a produção autônoma de alimentos, já que os escravos das *plantations* eram deslocados da produção de mantimentos para a de exportação. Esta redução da produção interna de alimentos das empresas agroexportadoras poderia, em alguns casos, gerar carestias, fato que é um indicador do aumento da demanda mercantil por aqueles alimentos. Assim temos, que a subida dos preços internacionais, ao permitir a ampliação da agroexportação, possibilitaria o crescimento do mercado interno, da mercantilização dos setores econômicos não-exportadores.<sup>(25)</sup>

Em contrapartida, nos momentos de retração da *plantation*, os segmentos não-exportadores veriam os seus índices de mercantilização e de renda monetária reduzidos. Por conseguinte, a queda dos preços internacionais, levando a uma diminuição das exportações coloniais, ocasionaria a redução do mercado interno colonial e das produções para ele voltadas.<sup>(26)</sup>

Isto, entretanto, não significa que os segmentos não-exportadores entrassem numa fase de definhamento. A própria natureza não-mercantil destes segmentos permitia manter o seu ritmo de crescimento, mas isso à margem do mercado. Em verdade, tal ritmo de crescimento seria avolumado, em razão mesmo, pela absorção de contingentes egressos do setor exportador. Como vimos, em épocas de crise no mercado internacional, verificar-se-ia no interior do setor exportador o deslocamento de fatores para atividades não diretamente exportadoras. É o que teria acontecido, por exemplo, com o declínio do açúcar em finais do século XVII e, mais tarde, com a decadência da mineração na segunda metade do século XVIII.

Assim sendo, para Furtado, o crescimento mercantil e monetário da produção não-vinculada ao mercado internacional dependia, em última instância, das flutuações econômicas do próprio mercado internacional. Na fase A (fase de expansão) dessas flutuações, a produção para o mercado interno — compreendida como circulação efetiva de mercadorias e de moedas — ampliava-se.

Já na fase B, apesar de as atividades não exportadoras poderem se expandir, elas o faziam negando o caráter mercantil anterior, o que, conseqüentemente, reduzia o mercado interno. Deste modo, a fase B das flutuações internacionais representaria estagnação não apenas para a agroexportação, mas também para o mercado interno, isto é, para a economia em seu conjunto.

Em resumo, segundo Celso Furtado, coerente com os seus pressupostos de análise, a economia colonial seria uma economia sem flutuações econômicas próprias. Essas seriam emprestadas pelo mercado internacional. Fenômeno que é uma decorrência lógica, se se parte do pressuposto que a Colônia é um apêndice de sistemas maiores. Este tipo de análise das flutuações coloniais estará presente também em autores (esses com diferentes pressupostos analíticos) posteriores a Celso Furtado.

Trinta anos depois de Caio Prado Júnior haver elevado o comércio exterior à condição de eixo maior da história colonial, Fernando Novais buscava reforçar as idéias daquele autor, integrando de forma mais sistemática o Antigo Sistema Colonial mercantilista à acumulação primitiva do capital:

«(...) o que nos parece peculiar, historicamente especifico, das formações coloniais do antigo regime, é que sua montagem decorre dos movimentos de acumulação do capital mercantil, na formação do capitalismo; isto é, na transição do feudalismo».<sup>(27)</sup>

Na verdade, Novais retoma as idéias de Caio Prado Júnior através da efervescência que nos anos 50 e 60 faz despontar autores como Paul Euran e Paul Sweezy — vulgarizados por Andrew Gunder Frank —, além dos apátridas pela Comissão Econômica para a América Latina (Cejal).<sup>(28)</sup> Deles, Novais busca resgatar noções tais como «transferência do excedente» e «relações centro/periferia», que servirão de base para a constituição de seu quadro explicativo, no qual a noção de «Antigo Sistema Colonial» representa o instrumento maior da apreensão do funcionamento da economia colonial.

Em Caio Prado Júnior, a noção de «Antigo Sistema Colonial» aparece fundada naquilo que se convencionou chamar de Pacto Colonial, ou seja, no exclusivismo do comércio das colônias para as respectiva metrópoles. Este pacto seria a expressão exata do capitalismo comercial, e seu interesse seria o de reservar para os comerciantes metropolitanos o privilégio das transações coloniais.<sup>(29)</sup> Novais reafirma estas idéias de maneira enfática:

«O regime do comércio colonial — isto é, o exclusivismo metropolitano do comércio colonial — constituiu-se, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, no mecanismo através do qual se processava a apropriação por parte dos mercadores das metrópoles, dos lucros excedentes gerados nas economias coloniais; assim, pois, o sistema colonial em funcionamento configurava uma peça da acumulação primitiva de capitais nos quadros do desenvolvimento do capitalismo mercantil europeu.»<sup>(30)</sup>

Claro está que o autor não desconhece o caráter peculiar das metrópoles ibéricas. Nestas, não se verificam os resultados finais de uma acumulação prévia de capitais, ou seja, a industrialização capitalista — apesar de não se deter na análise desse fenómeno, pois isto «extravasaria nosso objetivo». Novais, tal como antes o fizera Caio Prado Júnior, percebe em Portugal um capitalismo mercantil, embora específico.<sup>(31)</sup> Mesmo assim, o autor lança algumas idéias acerca desse caráter peculiar, adiantando, de início, a hipertrofia do Estado — um «capitalismo monárquico». A isto se acrescenta a própria conjuntura internacional, que, a partir de meados do século XVII, tornou-se desfavorável à metrópole lusitana,<sup>(32)</sup> com grandes concessões, feitas, sobretudo, à Inglaterra. Tal fenómeno ensejaria a dependência portuguesa e aquilo que o autor chama de uma «transferência das vantagens» do exclusivo colonial.<sup>(33)</sup>

Desses pressupostos emergem os traços básicos da economia colonial, começando pela escravidão. Os escravos seriam os mais adequados, no caso brasileiro, pois permitiriam a promoção da acumulação europeia. O trabalho compulsório representaria a melhor forma de lograr este objetivo, pois impediria a dispersão dos recursos coloniais na produção para a subsistência, possibilidade real caso o trabalho fosse livre. Por outro lado, a escravidão, por ser mercantil e, portanto, reproduzir-se via mercado, ampliaria todo um ramo de comércio (o tráfico), apropriado pelos comerciantes metropolitanos. Por isso,

«paradoxalmente, é a partir do tráfico negroiro que se pode entender a escravidão africana colonial, e não o contrário».<sup>(34)</sup>

Por outro lado, da mesma forma que em Caio Prado Júnior e em Celso Furtado, para Novais a hegemonia da *plantation* escravista resultaria num mercado interno reduzidíssimo, já que os escravos produziram grande parte de sua subsistência dentro da própria unidade produtora de exportação.<sup>(35)</sup> A economia colonial estaria, portanto, dividida em dois setores básicos. O primeiro, a *plantation*, razão de ser da própria colonização capitalista, e o outro, subordinado e dependente do primeiro, conformado pela subsistência, «para atender o consumo local naquilo que não se importa da Metrópole».<sup>(36)</sup> As flutuações do mercado interno, como em Celso Furtado, estariam submetidas aos sabores das conjunturas internacionais e sua estreiteza redundaria no reforço da situação de dependência frente ao capitalismo comercial europeu.

«A dinâmica do conjunto da economia colonial é definida pelo setor exportador; em certas circunstâncias e áreas determinadas, o setor subsistência pode adquirir certo vulto, como no caso da pecuária, e então se organiza em grandes propriedades, ou noutros casos, incorpora o regime escravista. Mas, a dinâmica global depende sempre do influxo externo, o centro dinâmico último é o capitalismo europeu. Trata-se de uma economia, em todo o sentido do termo, dependente.»<sup>(37)</sup>

Em outras passagens, percebe-se nitidamente a influência de Celso Furtado no tratamento que Novais dá às flutuações coloniais e, no seu interior, ao comportamento das produções voltadas para o mercado interno:

«(...) ao lado dessa produção essencial para o mercado europeu, organizava-se nas colônias todo um setor, dependente do primeiro, da produção que visava a suprir a subsistência interna (...). Mas, ainda aqui, são os mecanismos do sistema colonial que definem o conjunto e imprimem o ritmo em que se movimenta a produção. Nos períodos em que (...) baixavam os preços europeus dos produtos coloniais, as unidades produtoras na colônia tendiam a deslocar fatores para a produção de subsistência (...) quando, ao contrário, ampliava-se a procura externa, as unidades produtivas coloniais tendiam a mobilizar todos os fatores na produção exportadora; abria-se, então, à economia colonial de subsistência a possibilidade de desenvolver-se autonomamente. Era pois o setor de exportação que comandava o processo produtivo no seu conjunto».<sup>(38)</sup>

Mais do que isso, segundo Fernando Novais, a própria natureza estrutural da economia colonial implicava limitar o crescimento de uma economia de mercado na Colônia. Ou melhor, a própria lógica de funcionamento do setor dinâmico da Colônia, a agroexportação, impedia o crescimento de produções voltadas para o mercado interno:

«(...) como não houvesse condições para amenizar os custos através do progresso técnico, a camada senhorial-empresarial tinha necessariamente que procurar reduzir ao mínimo o custo da manutenção da força de trabalho escravizada. Para tanto, procurava fazer com que os escravos produzissem pelo menos uma parcela substancial de sua subsistência dentro da própria unidade produtora para exportação. E assim se inseria, no bojo de uma economia basicamente mercantil, toda uma faixa da produção de subsistência cujo processo se desenrola à margem do mercado».<sup>(39)</sup>

Vê-se, assim, que, em Fernando Novais, apesar da economia colonial ser agroexportadora — portanto, produtora de mercadorias —, a sua reprodução se dava parcialmente à margem do mercado. Fenômeno este que limitava a própria existência de um mercado interno e de produções voltadas para ele, no interior da economia colonial:

«(...) no contexto do sistema colonial e da economia mercantil-escravista, parte do pagamento do fator trabalho no processo produtivo era feita fora do parque produtor (referimo-nos ao pagamento do preço dos escravos aos seus mercadores); a outra parte (ou seja, a manutenção do escravo) processava-se através da produção de subsistência, não dando, pois, lugar a operações mercantis, pelo menos em larga escala. Logo, nenhuma das duas parcelas em que, na economia colonial, se dividia a remuneração do trabalho se cons-

tituía em procura interna que estimulasse autonomamente o desenvolvimento econômico. Em suma: a economia mercantil escravista tem necessariamente um mercado interno reduzidíssimo». (40)

Do ponto de vista social, mesmo perdendo a maior parte do sobretrabalho extraído aos escravos, que, via exclusivo, passaria às mãos da burguesia metropolitana, a Colônia conseguiria reter uma fração menor de tal renda. Esta, obviamente, permaneceria concentrada nas mãos da classe senhorial escravista (grandes proprietários de terras e cativos), o que, por seu turno, permitiria a continuidade da exploração colonial.

Vê-se, assim, que Novais reforça o modelo explicativo, para a economia colonial, proposto por Caio Prado Júnior e aperfeiçoado por Celso Furtado. Nesse modelo, a existência, na Colônia, de um mercado interno, capaz de gerar acumulações internas e de fomentar uma elite mercantil, é descartada. A economia colonial limitar-se-ia à *plantation* como uma projeção das flutuações presentes no mercado internacional, ou melhor, das economias dominantes neste mercado.

O Antigo Sistema Colonial entraria em crise em fins do século XVIII, em decorrência da suplantação do capitalismo comercial pela Revolução Industrial. A imposição progressiva do livre comércio, emanada de Londres, é acompanhada inicialmente pelas tentativas da Ilustração portuguesa — no poder com Pombal — de modernizar a economia lusitana. Percebem-se, então, certo incentivo ao comércio intracolômbio e o fomento à exportação na Colônia e às atividades manufatureiras na Metrópole. Tudo isso, naturalmente, preservando os traços básicos do sistema colonial, ou seja, o caráter exportador da colônia e o exclusivo como mecanismo de transferência do sobretrabalho. (41) Entretanto, a conjuntura surgida com as guerras napoleônicas e a consequente transferência da Corte lusa para o Brasil culminaram com o fim do Pacto Colonial, através da abertura dos portos (1808). Ferido no seu cerne, o colapso do sistema seria então definitivo.

A primeira crítica sistemática à vertente criada por Caio Prado Júnior surgiu nos anos 70, com os trabalhos de Caio Prado Júnior. (42) Para ele, as sociedades coloniais somente revelariam seu pleno sentido quando entendidas como elementos integrantes e até mesmo anexos complementares e dependentes da economia europeia. No entanto,

«também é verdade que as atividades de conquista e colonização tiveram como resultado o aparecimento de sociedades cujas estruturas internas possuem uma lógica que não se reduz exclusivamente ao impacto da sua ligação com o mercado mundial em formação e com as metrópoles européias». (43)

A escravidão mercantil e colonial brasileira deveria, portanto, ser apreendida como a base de uma verdadeira sociedade, determinada não só pelo fato

colonial, mas também por vicissitudes que lhe seriam próprias. Rompia-se, assim, a tradição do «sentido da colonização», do império do comércio externo e da acumulação primitiva como superpermanências, que a tudo condicionariam e explicariam, tendo estes lineamentos como base. Caio Prado procurou avançar no desenvolvimento da hipótese da existência de um modo de produção escravista-colonial nas Américas. A dinâmica deste seria necessariamente complexa, pois envolveria o dado da dependência — a expressão «colonial» tenta dar conta da contínua transferência de sobretrabalho para a Metrópole — e a presença de estruturas internas com suas próprias contradições. (44) Resumidamente, os traços deste modo de produção seriam: (45)

a) a existência de dois setores agrícolas estruturados: um sistema escravista dominante, produtor de mercadorias exportáveis, e outro camponês, exercido principalmente pelos próprios escravos;

b) as forças produtivas teriam um nível relativamente baixo, caracterizando-se pelo uso extensivo dos recursos naturais e da mão-de-obra;

c) ao nível macroeconômico, a lógica do sistema e a do capital mercantil seriam inseparáveis;

d) ao nível microeconômico, a rentabilidade da empresa escravista dependeria da redução dos custos de produção (mão-de-obra e insumos), buscando-se a auto-suficiência;

e) os principais mecanismos de reprodução seriam o tráfico de africanos (os EUA constituindo uma exceção) e diversos fatores extra-econômicos.

Em fins dos anos 70, seguindo os passos de Caio Prado, Jacob Gorender procurava levar às últimas consequências a idéia de um modo de produção escravista-colonial, inclusive através da formulação de suas «leis de funcionamento». Estas partiriam da análise do processo de produção, ao invés da circulação, e tal mudança de perspectiva gera algumas das mais contundentes críticas a Caio Prado Júnior e seus seguidores. (46)

Nesse ponto, um dado deve ser destacado. Gorender, assim como Caio Prado, questiona a excessiva ênfase na transferência do excedente colonial e a impossibilidade de acumulação endógena, corolário dos modelos de Caio Prado Júnior, Furtado e Novais. Mais do que isso, o autor aventa a possibilidade concreta de acumulações no interior da formação colonial, como resultado da atividade agrícola e/ou ainda como fruto do comércio. (47)

«A procedência externa de fatores da reprodução — trabalhadores e elementos materiais de produção — não indica, em absoluto, que um modo de produção seja incapaz de reproduzir-se, uma vez que a importação daqueles fatores tenha a contrapartida da renda gerada e poupada no seio do próprio modo de produção. Na medida em que os agentes da organização da produção sejam capazes de pagar a aquisição dos fatores importados de que careçam, nesta medida o modo de produção se revela também capaz de re-

produção e o processo de reprodução tem natureza genuinamente endógena.» (48)

E este seria o caso do escravismo colonial. Portanto, segundo Gorender, «parcela considerável» da renda gerada pelo escravismo colonial, ou melhor, pela produção escravista exportadora, permanecia em mãos do senhor de escravos. É esta retenção, do sobretrabalho do cativo, nas mãos da *plantation*, que o autor denomina de acumulação endógena.

Em Gorender, ao contrário de Ciro Cardoso, a expressão colonial não significa necessariamente dependência estrutural da economia colonial para com as regiões metropolitanas, traduzindo-se na transferência de parte do excedente econômico da primeira para a segunda. Para aquele autor, o termo colonial implica a presença de três traços básicos:

- «1.º) economia voltada principalmente para o mercado exterior, dependendo deste o estímulo originário ao crescimento das forças produtivas;
- 2.º) troca de gêneros agropecuários e/ou matérias-primas minerais por produtos manufaturados estrangeiros (...);
- 3.º) fraco ou nenhum controle sobre a comercialização no mercado externo.» (49)

Em realidade, para Gorender, esta situação decorreria do fato de o escravismo colonial não gerar um mercado interno compatível com a realização de uma produção mercantilizada mais ampla. Daí tal produção, e com ela seu próprio sobretrabalho, ser realizada externamente à Colônia, ou seja, em outro modo de produção. Nesse caso, a expressão «colonial» denotaria a dependência da produção colonial no tocante a sua realização. (50)

A partir desses parâmetros, podemos entender como o autor apreende as flutuações coloniais. Curiosamente, aqui percebe-se a persistência de elementos claramente herdados dos quadros explicativos de Celso Furtado e de Fernando Novais, autores criticados pelo próprio Gorender.

De imediato, teríamos a inelasticidade do mercado interno, em razão de dois fenômenos. Em primeiro lugar, o escravismo colonial, enquanto modo de produção, é uma «forma produtiva altamente especializada», não dando margem, assim, a uma divisão social do trabalho que viesse a suportar um mercado interno. (51) Em segundo lugar, temos que a *plantation* seria uma unidade bi-segmentada, onde conviveriam um setor mercantil e outro assentado na economia natural:

«A economia escravista tornar-se-ia inviável se tivesse de suprir sua população trabalhadora unicamente com gêneros alimentícios importados (...) Em consequência, parte da produção escravista devia abastecer o consumo doméstico (...) a produção para consumo doméstico se processava, necessariamente, em grande proporção,

sob a forma de economia natural dentro da própria *plantation*, isto é, como produção de auto-subsistência da unidade produtora.» (52)

Portanto, o fato de a *plantation*, através de sua economia natural, se reproduzir à margem do mercado, limitava ainda mais a presença de um mercado interno colonial.

Esta estruturação (superespecialização mais economia natural) faria com que a realização do sobretrabalho e, por conseguinte, a própria reiteração do escravismo colonial dependessem do mercado internacional. E aqui, do mesmo modo que em Celso Furtado, expansão colonial é sinônimo de alta de preços no mercado mundial. Fenômeno que, entre outras consequências, acarretaria a ampliação mercantil das produções voltadas para o abastecimento interno:

«Sob o estímulo da alta dos preços no mercado mundial, expandiu-se sem demora o setor da economia mercantil, crescendo a produção de açúcar (...) Imediato foi o reflexo sobre a economia natural das *plantagens*: contraíu-se a produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade e os plantadores passaram a disputá-los com as populações urbanas no restrito mercado da Colônia (...) Só mais tarde, provavelmente, é que o estímulo da alta dos preços incentivaria também o aumento da produção dos gêneros de consumo interno.» (53)

Em contrapartida, as conjunturas de baixa, nas flutuações coloniais, seriam determinadas pela queda dos preços internacionais:

«Em regra, o plantador acompanhava a queda dos preços com uma redução lenta de sua produção mercantil. Em tais circunstâncias, cedia terreno a tendência monocultora e, proporcionalmente, expandia-se a economia natural. Ainda aqui, tratava-se de reação reflexa da economia natural ao movimento precedente da economia mercantil.» (54)

Vê-se, assim, que, para Gorender, da mesma maneira que fora para Celso Furtado e Fernando Novais, a alta dos preços internacionais leva à expansão da agroexportação, o que é acompanhado pelo crescimento das produções voltadas para o mercado interno. De forma contrária, a queda dos preços internacionais resultaria na retração da agroexportação e daquelas produções mercantis ligadas ao abastecimento interno. Nessa última fase, o avanço da economia natural, no modelo de Gorender, desempenharia a função do recuo à economia de subsistência, referido por Celso Furtado, como mecanismo de preservação das estruturas. (55)

Em resumo, em Gorender, as flutuações coloniais confundem-se com as variações conjunturais do mercado internacional, ou melhor, com as flutuações das economias aí dominantes. E na apreensão das conjunturas coloniais, Gorender recorre a autores cujos pressupostos analíticos não são necessariamente os mesmos que os seus. Mais do que isso, neste autor, o escravismo co-



lonial surge como um modo de produção bastante peculiar, pois ele seria incapaz de gerar flutuações que lhe fossem peculiares. Essas surgem como um em-préstimo de outros modos de produção.

Ao lado de Ciro Cardoso e de Jacob Gorender, Antônio Barros de Castro,<sup>(56)</sup> também colocaria dúvidas quanto ao excessivo caráter extrovertido da economia colonial. Segundo este autor,

«o que dizer do *sentido da colonização*, definido, seja por mercadores, seja pela política colonial? A serem válidas estas colocações, a vida material da Colônia seria algo amorfo; uma matéria sem consistência própria, indefinidamente plasmada e replasmada em função de interesses externos. Mas, esta concepção parece ser fundamentalmente equivocada. A produção em massa de mercadorias cria raízes no Novo Mundo, objetivando-se sob a forma de um complexo aparato produtivo. O *objetivo maior* desta realidade — o seu *sentido* se quiser — lhe é agora inerente: atender as suas múltiplas necessidades, garantir a sua *reprodução*. Em tais condições, o comércio é estruturalmente recolocado e os interesses mercantis — bem como os da Coroa — terão necessariamente que ter em conta as determinações que se estabeleceram ao nível da produção».<sup>(57)</sup>

Mais do que isso, Antônio Barros de Castro sugere ainda que a escravidão colonial deveria ser apreendida, não tanto através de uma economia política, como ocorre para o capitalismo, já que a escravidão consistiria basicamente em um regime social.<sup>(58)</sup>

Surgidos em meio a um debate já consolidado (Antigo Sistema Colonial versus modo de produção escravista-colonial), os trabalhos de João Manuel Cardoso de Mello e José Jobson Arruda buscariam reforçar as posições da chamada «escola paulista». Para ambos, seria impossível falar-se num modo de produção escravista colonial, já que a reprodução de suas relações de produção não ocorreria endogenamente, pois o tráfico atlântico de escravos era controlado pelo capital mercantil metropolitano.<sup>(59)</sup> Para João Manuel, desprovida de uma lógica própria, a economia colonial seria, na verdade, a outra face de um modo de produção capitalista em instalação. Se havia na Europa uma subordinação formal do trabalho ao capital, o mesmo ocorreria na Colômbia:

«Nas colônias há, formalmente, capitalismo, porque a escravidão é escravidão introduzida pelo capital.»<sup>(60)</sup>

Por sua vez, ao lado do debate acima referido, os anos 70 e 80 presenciariam também a multiplicação de pesquisas de base. Essas tenderiam a demonstrar uma outra face da economia colonial, até então pouco trabalhada. Referimo-nos aos estudos sobre o mercado interno colonial e às atividades para ele voltadas. Neste sentido, entre outros, encontramos os trabalhos de Maria Yedda L. Linhares, Maria T. Schorer Petrone, Kátia M. de Queiroz Mattozo, Alcir Lenharo, Riva Gorenstein, Kenneth R. Maxwell<sup>(61)</sup> etc. Maria Yedda

L. Linhares, por exemplo, depois de verificar a «reduzida atenção dedicada pelos pesquisadores à agricultura de subsistência, aos mecanismos de formação de mercados»,<sup>(62)</sup> observa que

«Estudar essa economia de subsistência, através de sua evolução no tempo e no espaço — expansão e retração de áreas e cultivos, a sua demografia, a organização do trabalho, o regime de posse e uso da terra e as técnicas — seria revelar a face oculta do Brasil, sempre escondida por trás da *Casa Grande* (por vezes, da senzala), do ouro das Gerais, do café ou outro produto-rei.»<sup>(63)</sup>

A isto acrescenta-se a constatação de Roberto B. Martins,<sup>(64)</sup> que Minas Gerais, ao longo do século XIX, seria a maior província escravista do País. E isto torna-se mais relevante quando se lembra que esta província, no período considerado, não estava majoritariamente envolvida em atividades exportadoras. Isto é, aqueles cativos estavam alocados em produções não-dirigidas para o mercado internacional.<sup>(65)</sup>

Essa multiplicação de pesquisas de base teria como resultado a revisão de alguns dos traços dos modelos explicativos antes analisados. Assim temos, por exemplo, o recente trabalho (1986) de José Jobson Arruda,<sup>(66)</sup> onde encontramos referências à existência de produções coloniais estáveis ligadas ao mercado interno, cuja lógica não poderia ser resumida a de meros apêndices do setor exportador.<sup>(67)</sup> Ainda nessa mesma publicação, e segundo uma linha já enunciada em seu doutoramento, o autor sublinha que, apesar da inserção do Brasil nas determinações do Pacto Colonial, teria flutuações não inteiramente coincidentes com as conjunturas portuguesa e europeia.<sup>(68)</sup> É desnecessário dizer que essas observações sobre a produção de alimentos e os ritmos coloniais fogem dos enquadramentos antes dados à economia colonial.

Por sua vez, Ciro Cardoso,<sup>(70)</sup> coerente com a sua proposta de trabalhar, além da dependência colonial, com as estruturas internas das sociedades do Novo Mundo, em um estudo publicado em 1990 volta a enfatizar o caráter complexo da economia colonial. Esta não poderia ser reduzida à escravidão negra, ao latifúndio e à monocultura. Apesar do predomínio da *plantation* escravista, as estruturas coloniais comportariam outros elementos, como a produção camponesa com diversos graus de ligação com o mercado, acumulações internas etc.<sup>(71)</sup>

Algumas das observações que acima apresentamos e que ainda poderiam ser feitas a Caio Prado Júnior e seus seguidores já tinham sido formuladas por Jacob Gorender e Ciro Cardoso.<sup>(72)</sup> Isto é verdade, particularmente, no que se refere à questão do excessivo caráter extrovertido da economia colonial, o papel do Novo Mundo no processo de acumulação primitiva do capital, a noção de «capitalismo comercial» etc. Observa-se, assim, uma nítida diferença entre os adeptos do «Antigo Sistema Colonial» (entendido como sistema que enfatiza o caráter extrovertido da economia colonial) e da noção de modo de produção escravista-colonial. As coisas, contudo, começam a mudar de figura quan-

do passamos para os traços internos da economia colonial. Aqui, percebe-se uma certa proximidade entre aquelas duas formas de olhar a história econômica colonial. Para os adeptos do «Antigo Sistema Colonial», a economia colonial, grosso modo, se estruturaria através dos traços:

- a) produções voltadas para o mercado internacional — internamente, estas se assentariam no trabalho escravo (reproduzido externamente via tráfico atlântico) e na hegemonia de uma classe senhorial;
- b) transferência e apropriação de parte do sobretabalho colonial pelo capital mercantil metropolitano, que controlaria assim o ritmo de reprodução da economia colonial;
- c) a economia colonial estaria desprovida de flutuações econômicas próprias; essas seriam determinadas pelas conjunturas do mercado internacional, das economias aí dominantes;
- d) em nível microeconômico, a unidade de produção colonial se reproduziria, em grande medida, à margem do mercado;
- e) como decorrência destes traços, teríamos a impossibilidade de um mercado interno colonial e, portanto, de acumulações endógenas coloniais derivadas.

Com exceção do ponto *b*, talvez, os demais, *grosso modo*, estejam também presentes nos modelos dos autores que vêm na economia colonial um modo de produção escravista-colonial. Por seu turno, é certo também que, como já notamos, alguns desses pontos foram revistos em publicações recentes — a exemplo dos últimos trabalhos de Ciro Cardoso.<sup>(73)</sup> Resta agora testar a aplicabilidade de tais modelos à realidade que eles pretendem explicar. É isto que começamos a fazer a partir do próximo item.

## 2. A acumulação primitiva de capital, o sistema colonial e o caso da sociedade portuguesa

Boa parte da polémica que descrevemos acima se ressentia, quando de seu surgimento nos anos 70, de pesquisas de base. De qualquer modo, mesmo que a explicação clássica de Caio Prado Júnior e seus seguidores estivesse sob questionamento, o fato colonial e seu peso na conformação da história econômica brasileira são inquestionáveis. Em outras palavras, é indiscutível que a história colonial se insere no quadro mais amplo das transformações por que passava o Velho Mundo durante a Época Moderna. Noções como transição do feudalismo ao capitalismo, acumulação primitiva de capital, mercantilismo etc. são, portanto, indispensáveis ao entendimento do mundo colonial e, mais que isso, à apreensão de suas relações com a metrópole.

Contudo, a ênfase nesse quadro macroeconômico pode obliterar a compreensão de elementos mais específicos — mas, nem por isso, menos importantes. Na verdade, tal ênfase pode levar à consideração, teleológica em si mesma, de que o capitalismo, enquanto modo de produção, seria o destino manifesto dos protagonistas da experiência colonial moderna. É o caso de algumas interpretações acerca das relações entre a economia colonial brasileira e a metrópole portuguesa.

Para começar, seriam necessários alguns reparos de tipo teórico a noções que, como vimos, são amplamente utilizadas na historiografia colonial, tais como «capitalismo comercial» e «o papel da empresa colonial para a acumulação prévia». O debate por nós rastreado, em sua ênfase essencialmente teórica, por falta de pesquisas de base, já esclareceu muitos destes pontos, mostrando, por exemplo, a impropriedade da utilização de conceitos como o de «capitalismo comercial» — curiosa redundância, visto ser o capitalismo, por definição, um sistema mercantil.<sup>(74)</sup> O mesmo pode ser dito acerca da incongruência de se considerar capitalista a Europa da transição, além da excessiva ênfase da colonização enquanto mecanismo de acumulação.<sup>(75)</sup> Retenhamos, porém, a posição da metrópole lusitana nos movimentos mais amplos da transição capitalista e da colonização.

Vemos que se a economia colonial tinha por objetivo propiciar a acumulação prévia na metrópole, não foi esse o seu papel em Portugal. Se tomamos o século XVIII, veremos uma Inglaterra em pleno *take-off* contraposta a uma economia portuguesa que, apesar do polêmico projeto pombalino, parece caminhar em direção oposta, ou seja, ao não-capitalismo. Nesse século, encontramos em Portugal o predomínio de um mundo agrário, em princípio típico do Antigo Regime, onde a aristocracia detém metade das terras e seus pares eclesiásticos outro terço.<sup>(76)</sup> A cidade, por seu turno, não se desenvolve mantendo suas funções eminentemente mercantis e administrativas. Ali, a indústria é ainda sinônimo de produção artesanal, assentada em pequenas e médias oficinas, sendo a manufatura mais complexa uma exceção.<sup>(77)</sup> Singular situação, em se tratando do primeiro Estado nacional europeu, da economia pioneira na expansão marítima do século XV, que, por conseguinte, conheceu muito precocemente o desenvolvimento do capital mercantil.

Mero atraso ou resultado lógico de um «projeto» de reiteração de determinado tipo de estrutura arcaica?

Tal indagação adquire um sentido ainda maior quando pensamos que o arcaísmo dessa estrutura chega a ponto de diferir até dos padrões clássicos que marcam as sociedades do Antigo Regime, e isto mesmo em pleno século XVI. Nessa época, o panorama agrícola é de atrofia tecnológica e demográfica, estimando-se que o campesinato conforme apenas um terço da população, do estranho às economias de tipo antigo.<sup>(78)</sup> Em contrapartida, os segmentos formados pelo clero, fidalgos e mercadores abarcam outro terço, cabendo a